

MISCIGENAÇÃO E A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL: INTERPRETAÇÕES SOBRE AS COTAS RACIAIS

OLIVEIRA, Neuma Alves de.

Graduada em História pela UERN; Pós-graduada em História do Brasil pela FID. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da UERN. Professora da SEEC/RN neumaedna@hotmail.com

Orientadora: Dr^a. Karlla Christine Araújo Souza

RESUMO

O presente artigo traz um estudo sobre miscigenação ocorrida no Brasil a partir do processo de colonização portuguesa, fazendo uma análise sobre as teorias raciais do século XIX, como a questão racial foi defendida ao longo dos anos e a influência que as diferentes concepções a acerca de brancos e negros gerou sobre as divergentes interpretações das cotas raciais. O país foi descrito como uma nação composta por raças miscigenadas, porém em transição, um caso único de extrema miscigenação, um “festival de cores”, uma “sociedade de raças cruzadas”, era como uma nação multiétnica que o país era representado. Essa “visão mestiça” não estava restrita apenas aos debates internos, mas estava presente na imagem que externamente se propagava e principalmente na interpretação de vários autores. A apropriação e a ressignificação da palavra miscigenação em terras brasileiras desvela a capacidade criativa desses homens e mulheres que contribuíram decisivamente para a construção do Brasil e da sua diversidade cultural. O objetivo deste artigo é examinar criticamente como o processo colonial contribuiu para a miscigenação, como foi e é vista a questão racial por grande parte da sociedade brasileira e como interpretam a adoção do sistema de cotas raciais para o ingresso de negros em Universidades e concursos públicos.

PALAVRAS-CHAVE: Miscigenação. Brasil. Questão racial. Cotas.

INTRODUÇÃO

A História do Brasil é marcada por vários fatos e acontecimentos que deixaram marcas profundas na sociedade, e que foram contados e recontados ao longo dos anos com versões renovadas que estiveram de encontro à historiografia tradicional, trazendo um novo olhar sobre a colonização, miscigenação e a questão racial no Brasil. O grande encontro de povos a partir da América portuguesa colocou em contato culturas completamente diferentes, cada qual, com os seus costumes, crenças e valores, gerando diversas discussões acerca de brancos, índios e negros miscigenados.

A questão racial tal como foi colocada pelos percursos das Ciências Sociais no Brasil teve uma visão claramente racista, contudo apontava para um novo olhar, que foi significativo e constante na história da cultura brasileira: a problemática da identidade nacional. Autores como Gilberto Freyre ofereceu ao brasileiro uma carteira de identidade,

onde a noção de raça cede lugar à noção de cultura e nos fez reconhecer que somos a união entre negros, indígenas e europeus.

Falaremos sobre os atores sociais e as ideias sobre raça vigentes no Brasil e na Europa do século XIX. De acordo com as teorias raciais da época, a miscigenação degradava o povo brasileiro, sendo, portanto, necessário um branqueamento da população. Os "homens de ciencia", diante de mudanças históricas, como a Abolição da escravatura e a criação da República, e munidos de modelos evolucionistas e darwinistas sociais, procuraram responder a questionamentos acerca da viabilidade de uma nação miscigenada como o Brasil, nascida condenada ao atraso face aos postulados "raciológicos" estrangeiros.

Abordaremos sobre traços marcantes da escravidão e de como as teorias raciais associavam determinadas características físicas, morais e culturais, como cor da pele, à capacidade mental e ao nível civilizatório de indivíduos e grupos. A imposição de uma cultura europeia foi tanta, que é sobreposto ao negro um desvio existencial onde o negro quer ser branco, o branco incita-se a assumir a condição de ser humano. Falaremos também sobre o sistema de cotas para negros e das divergentes interpretações sobre as mesmas.

O que justifica a escolha da temática deste artigo é por entendermos ser de fundamental importância conhecermos a história dos negros, não apenas sobre o período da escravidão, mas sobretudo a influência que as teorias raciais a acerca de brancos e negros gerou no Brasil, onde o país foi descrito como uma nação composta por raças miscigenadas. Entretanto, o negro até hoje ainda é vítima de preconceito e racismo.

METODOLOGIA

Realizamos uma abordagem teórica, bem como exposição mediante levantamento e estudo de dados e informações que visem compreender o processo de miscigenação ocorrido no Brasil e como a questão racial foi vista ao longo dos anos e interpretada por diversos autores.

No que tange a coleta de dados, a pesquisa teve como base a análise bibliográfica de diversos autores e estudos que versam sobre o tema, utilizando-se de livros e artigos publicados na internet.

Com Guilherme Mota e Renato Ortiz trouxemos a concepção das teorias raciais do século XIX, que para autores como Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, a miscigenação seria uma forma de branquear a popular brasileira, onde o elemento branco se sobressaia.

Com Lilia Schwarcz analisamos a ideia de construção de uma identidade nacional que foi desenvolvida pelos teóricos do século XIX. Schwarcz nos leva a refletir sobre o conceito de raça que foi histórica e socialmente construído, para que possamos compreender seu significado e sua relevância no presente.

Frantz Fanon e Gaiatri Spivak nos mostra como o processo de colonização provocou uma aculturação dos povos colonizados, e como estes foram inferiorizados e subjugados diante da cultura dominante. A condição de subalterno que lhes foi imposta fazia com que passassem a incorporar os valores e costumes da metrópole.

DESENVOLVIMENTO

A MISCIGENAÇÃO BRASILEIRA - A NOÇÃO DE RAÇA CEDE LUGAR À NOÇÃO DE CULTURA

A mestiçagem como fato social só começou a ser percebida no século XIX, sendo, porém entendida por uma sociedade dominada pela noção da superioridade branca, como um fenômeno negativo, que degradava o povo brasileiro. Diversos foram às visões a respeito da problemática da mescla cultural, aparecendo pela primeira vez com Von Martius que segundo Ronaldo Vainfas, aquele afirmava que para compreender a História brasileira era necessário um estudo das três raças que lhe deram origem; em um período que reinava o sistema escravista, admitir a contribuição do negro na formação étnica brasileira apontava como uma questão desafiadora; no entanto, suas ideias não foram seguidas ao longo do século.

Tivemos a interpretação dada por Sílvio Romero que abordou o papel das raças e da mestiçagem na criação do folclore.

Romero definiu a cultura brasileira como mestiça, cujo caráter específico dependeria da integração de elementos díspares. A literatura e a arte nacionais teriam sido criadas pela fusão das raças e pela incorporação a uma expressão civilizada das 'faculdades de *imaginação* e sentimentos dos selvagens do continente americano e africano'. O folclore brasileiro teria sido criado graças à atuação do mestiço. (MOTA, 2000, p. 343).

De acordo com Mota, Romero dizia que a idealização romântica do indígena e a questão da escravidão, eram responsáveis pela ausência de estudos do afro-brasileiro, entretanto em *Estudos sobre a poesia popular no Brasil*, demonstrou desinteresse pela cultura afro-brasileira, apesar de ter feito propaganda do abolicionismo. Na verdade, sua teoria da mestiçagem partiu de uma visão racista e evolucionista através do branqueamento.

Valorizou a miscigenação como fator de adaptação das raças e culturas ao meio local, precondição para vitória do colonizador europeu nos trópicos, e

acreditava que o elemento branco seria vitorioso na ‘luta entre raças’ devido à sua superioridade evolutiva. Previa assim o total branqueamento da população brasileira em três ou quatro séculos. (MOTA, 2000, p.344).

A esse respeito aproximava-se de Varnhagen, que com sua história branca, elitista e defensor da escravidão, mostrava-se favorável a miscigenação como forma de integrar índios e negros a população branca. Com esse mesmo pensamento seguem Paulo Prado, Caio Prado Jr. e Nina Rodrigues, este último apesar de ter direcionado seus estudos ao negro, afirmava que este lhe inspirava a “evidência científica” da sua inferioridade e poderiam ameaçar a civilização por serem incapazes de interagir como sujeitos no Brasil republicano.

Autores brasileiros como Sílvio Romero, Nina Rodrigues, e Euclides da Cunha trataram da miscigenação racial como algo que trazia atraso ao Brasil. Não só influenciados pelo Evolucionismo, com suas ideias sobre as raças fortes, mas também pelo Romantismo e sua procura pelo tipo verdadeiro, estes intelectuais nacionalistas tinham pavor da miscigenação. Ao mesmo tempo, esta mesma miscigenação era tida como fator central na formação da identidade brasileira. Aliado a isto, estava o clima como fator para complicar o Desenvolvimento do Brasil. O país deveria seguir o mesmo rumo de evolução que os países Europeus, mas afirmar-se através de uma identidade própria, nacional. Esta foi buscada junto aos índios, uma imagem lapidada e transfigurada do índio-herói, como em O Guarani, de José de Alencar. O cruzamento de raças era entendido, com efeito, como uma questão central para a compreensão dos destinos da nação.

A partir das primeiras décadas do século XX, o Brasil passa por mudanças profundas; com a Revolução de 30 essas mudanças são orientadas politicamente e as teorias raciais tornam-se obsoletas, pois com a nova realidade social era preciso superá-las, assim, surge Gilberto Freyre trazendo um novo olhar sobre a mesma problemática dos intelectuais do século XIX, Freyre se volta para o culturalismo de Franz Boas e cria o mito da democracia racial.

A passagem do conceito de raça para o de cultura elimina uma série de dificuldades colocadas anteriormente a respeito da herança atávica do mestiço. Ela permite ainda um maior distanciamento entre o biológico e o social, o que possibilita uma análise mais rica da sociedade. Gilberto Freyre transforma a negatividade do mestiço em positividade, o que permite completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada. (ORTIZ, 2006, p. 41)

A fusão das três etnias para a composição do povo brasileiro é vista por Freyre como um fator positivo, para ele a miscigenação teria corrigido a distância entre a casa-grande e a senzala e gerado uma relação adocicada entre senhores e escravos. Gilberto Freyre viu na

mestiçagem uma característica peculiar do brasileiro, em que cada uma das raças deu sua contribuição para a formação étnica do Brasil. O genial reconhecimento e valorização dessa mescla cultural fazem de Freyre um dos autores mais apreciados, apesar dele ter considerado que a escravidão “fora tão doce quanto o mel da cana-de-açúcar” e que a receptividade e tolerância portuguesa quanto à mistura racial se deu devido à atração sexual.

No entanto, mesmo que tenha cometido alguns equívocos em *Casa-grande e Senzala*, este autor colocou nessa obra um novo enfoque sobre a problemática da miscigenação que tantas controvérsias geraram ao longo dos anos, trazendo uma nova perspectiva para a construção de uma identidade nacional. Gilberto Freyre ofereceu ao brasileiro uma carteira de identidade e nos fez reconhecer que somos a união entre negros, indígenas e europeus, caracterizando-nos desta forma, pela diversidade étnica e cultural.

TRAÇOS MARCANTES DA ESCRAVIDÃO AFRICANA.

A partir da chegada dos portugueses à África, a prática antes desenvolvida no contexto social e político das populações africanas, veio a integrar uma atividade comercial sistemática integrada à economia mercantilista europeia. Dessa maneira, a escravidão se transformou em uma atividade econômica de caráter essencial. Um dos resultados dessa transformação foi que, entre os séculos XV e XIX, o número de escravos provenientes da costa africana ultrapassou a marca dos 11 milhões de cativos.

Trazidos ao ambiente colonial, esses escravos eram usualmente separados de seus amigos e familiares para que evitassem qualquer tentativa de fuga. Após serem vendidos a um grande proprietário de terras, os escravos eram utilizados para o trabalho nas grandes monoculturas e recolhidos em uma habitação coletiva conhecida como senzala. Esse tipo de escravo era conhecido como escravo de campo ou escravo de eito e compunha boa parte da população escrava da colônia.

A rotina de trabalho desses escravos era árdua e poderia alcançar um turno de dezoito horas diárias. As condições de vida eram precárias, sua alimentação extremamente limitada e não contava com nenhum tipo de assistência ou garantia. Além disso, aqueles que se rebelavam contra a rotina imposta eram mortos ou torturados. Mediante tantas adversidades, a vida média de um escravo de campo raramente alcançava um período superior a vinte anos.

Outros tipos de escravos também compunham o ambiente colonial. Os escravos domésticos que viviam no interior das residências tinham “melhores condições” de vida e tinham a relativa confiança de seus proprietários. Geralmente os cargos domésticos eram

ocupados por escravas incumbidas de cuidar da casa, das crianças e, inclusive, estar sexualmente disponível ao seu senhor. Nas cidades, ainda temos a figura dos escravos de ganho, que poderia reverter lucro ao seu dono ao cuidar de um comércio ou vender produtos.

Segundo Frantz Fanon “a civilização, a cultura europeia, impuseram ao negro um desvio existencial. Aquilo que se chama de alma negra é frequentemente uma construção do branco”. Seria uma consequência da colonização, onde o negro acaba tendo duas dimensões: uma com o seu semelhante e outra com o branco.

Muitos escravos, quando não submissos ao processo de exploração, articulavam planos de fuga e desenvolviam comunidades autossuficientes costumeiramente chamadas de quilombos. Nesses locais de fuga desenvolviam uma pequena agricultura associada a atividades artesanais constituídas com o objetivo de atender a demanda da própria comunidade. Entre os principais quilombos destacamos o de Palmares, que se desenvolveu em Alagoas, na região da Serra da Barriga. Considerado principal foco de resistência negra, Palmares só foi destruído no final do século XVII. A população negra e mestiça em fins do século XIX chegou a ser mais metade da população do país.

Nos jornais, nos censos, os dados quantitativos reafirmam as apreensões teóricas. Enquanto o número de cativos reduzia-se drasticamente – em 1798, a população escrava representava 48,7%, ao passo que em 1872 passava a 15,2% -, a população negra e mestiça tendia a progressivamente aumentar, correspondendo, segundo o censo de 1872, a 55% do total. Nessa mesma ótica, os dados de 1890 tornavam-se ainda mais aterradores. Ou seja, se na Região Sudeste (devido, sobretudo, ao movimento imigratório europeu) a população branca predominava – 61% -, já no resto do país a situação se invertia, chegando os mestiços a totalizar 46% da população local. (SCHWARCZ, 1993, p.18)

Tendo forte presença no desenvolvimento histórico da sociedade brasileira, à escravidão africana trouxe marcas profundas para a atualidade. Entre outros problemas destacamos a desvalorização atribuída às atividades braçais, um imenso processo de exclusão socioeconômica e, principalmente, a questão do preconceito racial. Mesmo depositado no passado, podemos ver que as heranças de nosso passado escravista ecoam na constituição da sociedade brasileira, bem como nas práticas religiosas que foram trazidas para cá e que foram incorporadas com as que aqui já existiam.

A QUESTÃO RACIAL

As teorias raciais que foram empregadas aqui no Brasil foram um reflexo do que os intelectuais imperialistas utilizaram para justificar dentro de suas doutrinas, o domínio europeu sobre os povos da África, América e Ásia. Diante um contexto caracterizado pelo enfraquecimento e final da escravidão, e pela realização de um novo projeto político para o país, as teorias raciais se apresentavam enquanto modelo teórico viável para justificar o jogo de interesses que se montava. Parecia ser preciso estabelecer critérios diferenciados de cidadania.

A abolição da escravidão impõe o negro como sujeito a ser considerado na trama social, ainda que socialmente em desvantagem. Para Silvio Romero e Nina Rodrigues, como observa Ortiz, o negro passava a desempenhar um papel mais importante que o índio na composição social. A questão da mestiçagem passa a fazer parte das discussões sobre o caráter nacional que se realizam no mito da nação como fusão das três raças. Isso não significava considerá-las em termos de igualdade; na fusão das raças, ao elemento branco são atribuídas as características e valores capazes de conduzir a nação à civilização, desde que adaptado aos trópicos pela experiência da mestiçagem.

No entanto, as teorias raciais da época caracterizavam o mestiço como essencialmente fraco, pois trazia, na experiência da mestiçagem, os elementos biológicos de “raças” desiguais, conferindo-lhe uma “natureza” inferior expressa na apatia e nas debilidades morais e intelectuais. Nessa perspectiva, as políticas de imigração, além de seu significado econômico, apresentaram-se como uma alternativa para o branqueamento da população, acelerando, portanto, o caminho até o ideal nacional. Assim afirma Renato Ortiz:

É interessante observar que a política imigratória, além de seu significado econômico, possui uma dimensão ideológica que é o branqueamento da população brasileira. O fato de este branqueamento se dar em um futuro, próximo ou remoto, está em perfeita adequação com a concepção de um Estado brasileiro enquanto meta. (ORTIZ, 2006, p.31)

De acordo com Lilia Schwarcz, é nesse sentido que o tema racial, apesar de suas implicações negativas, se transformara em um novo argumento de sucesso para o estabelecimento das diferenças raciais. De outro lado, porém, devido à sua interpretação

pessimista da mestiçagem, tais teorias acabavam por inviabilizar um projeto nacional que mal começara a se montar.

É preciso mencionar que raça, em sua vertente biológica, social ou mais frequentemente no intercruzamento de ambas, tem influenciado ideologias de perseguição e exclusão de segmentos sociais específicos em todo o mundo. Esclarecer as formas pelas quais o conceito de raça foi histórica e socialmente construído ajuda-nos a compreender seu significado e sua relevância no presente.

Segundo Schwarcz, o cruzamento de raças era entendido como uma questão central para compreender os destinos da nação. Modelo de sucesso na Europa por volta dos anos oitocentos, as teorias raciais chegaram tardiamente ao Brasil, sendo acolhida principalmente nos diversos estabelecimentos científicos de ensino e pesquisa.

A Lei do Ventre Livre, promulgada em 1871, anunciava a desmoroamento de um regime de trabalho que há muito tempo estava arraigado. A década de 70 representou o momento de chegada de um novo ideário positivo-evolucionista em que os modelos raciais de análise cumprem um papel fundamenta.

No momento em que as teorias raciológicas entram em declínio na Europa, elas se apresentam como hegemônicas no Brasil. Torna-se, assim, difícil sustentar a tese da “imitação”, da “cópia” da última moda; existe na realidade uma defasagem entre o momento de produção cultural e o momento de consumo. O processo de “importação” pressupõe portanto uma escolha da parte daqueles que consomem os produtos culturais. (ORTIZ, 2006, p.29 e 30).

Ora entendidas como “Subsciência”, ora como cópias desautorizadas do imperialismo europeu, de acordo com Lilia Schwarcz, as teorias raciais de larga vigência no período foram condenadas antes de serem compreendidas em sua oportunidade e especificidade no âmbito de sua época.

Schwarcz procura demonstrar que, as ideias da intelectualidade brasileira sobre raça não eram apenas cópias de modelos estrangeiros, caracterizavam-se pela especificidade e pela adaptação de conceitos diante da realidade social do país. Tendo em vista a condenação da miscigenação racial, uma questão bastante discutida no debate europeu, onde previam uma decadência inevitável, pela impossibilidade de progresso de países como o Brasil, fortemente

miscigenado, surgiram reações diversas que se dividiam entre a preocupação, a constatação e o elogio à mestiçagem.

O dilema dos intelectuais do final do século XIX era o de construir uma identidade nacional. É neste sentido que o tema racial, apesar de suas implicações pessimistas, se transforma em um novo argumento de sucesso para o estabelecimento das diferenças sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

PRECONCEITO RACIAL: “PELE NEGRA MÁSCARAS BRANCAS”

Quando falamos da história dos negros, geralmente conhecemos mais o que é reforçado nos livros de história que é a presença dos negros no período da escravidão e na condição de escravos, mesmo que valorizem sua luta e resistência. Mas poucos sabem para onde foram os escravizados depois da abolição, qual o papel que os afrodescendentes livres tiveram na sociedade escravistas e como a história dos movimentos negros foi contada no século XX ao mesmo tempo em que surgia o mito da democracia racial.

É passado para o negro que ele não tem cultura, não tem civilização, nem “um longo passado histórico”. Depois de ter sofrido todo tipo de violência, o negro hoje ainda sofre a violência do preconceito, do racismo, da exclusão social e da violação dos direitos básicos. Os direitos conquistados na legislação pelos afrodescendentes não têm sido suficiente para termos uma sociedade justa e democrática. A discriminação é considerada crime desde a Constituição de 1988, mas mesmo assim não deixou de existir.

A cor da pele que antes era o elemento usado para identificar a condição de escravo passou a ser também usado para estigmatizar e marcar a inferioridade social, a cor da pele se tornou uma marca de distinção social.

Segundo Frantz Fanon, todo povo colonizado, ou seja, todo povo onde nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural, da supressão e opressão dos seus valores e costumes, toma uma posição diante da cultura metropolitana (do colonizador), passar a incorporar os seus valores e costumes. Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quando mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será.

Já faz algum tempo que certos laboratórios projetam descobrir um soro para desempreter; os laboratórios mais sérios do mundo enxaguaram suas provetas, ajustaram suas balanças e iniciaram pesquisas que permitirão aos coitados dos pretos branquear e, assim, não suportar mais o peso dessa maldição corporal. Elaborei, abaixo do esquema corporal, um esquema

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

histórico-racial. Os elementos que utilizei não me foram fornecidos pelos “resíduos de sensações e percepções de ordem sobretudo tátil, espacial, cinestésica e visual”, mas pelo outro, o branco, que os teceu para mim através de mil detalhes, anedotas, relatos. Eu acreditava estar construindo um eu fisiológico, equilibrando o espaço, localizando as sensações, e eis que exigiam de mim um suplemento. (FANON, 2008, p.104-105)

O preconceito racial é tão forte, que de acordo com Fanon, foi passado para o negro um arsenal de complexos de inferioridade. O branco exerce um complexo de autoridade e o negro um complexo de dependência.

Em outras palavras, começo a sofrer por não ser branco, na medida que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasita no mundo, que é preciso que eu acompanhe o mais rapidamente possível o mundo branco, “que sou uma besta fera, que meu povo e eu somos um esterco ambulante, repugnantemente fornecedor de cana macia e de algodão sedoso, que não tenho nada a fazer no mundo”. Então tentarei simplesmente fazer-me branco, isto é, obrigarei o branco a reconhecer minha humanidade. Mas, nos dirá Mannoni, vocês não têm potencial, pois existe dentro de vocês um complexo de dependência. (FANON, 2008, p.94)

A disseminação da escravidão na sociedade brasileira marcou as hierarquias e as classificações sócio-raciais. A divisão básica que polarizava os homens brancos livres, de um lado, e os escravos africanos e afrodescendentes, de outro, se tornou muito mais complexa. Passamos a ter uma sociedade de opressores e oprimidos, de discriminação, de desigualdades. Para os negros e os mestiços, quanto mais escura a cor da pele, maiores passaram ser as barreiras raciais, embora esteja determinado na Constituição em vigor que todos são iguais perante a lei.

Eu era ao mesmo tempo responsável pelo meu corpo, responsável pela minha raça, pelos meus ancestrais. Lancei sobre mim um olhar objetivo, descobri minha negridão, minhas características étnicas, – e então detonaram meu tímpano com a antropofagia, com o atraso mental, o fetichismo, as taras raciais, os negreiros. (FANON, 2008, p.205)

A luta e o reconhecimento por direitos aos negros durante anos foram silenciados, não foram ouvidos, manifestações e protestos por melhores condições de trabalho e de vida, por igualdade de tratamento, espaços de atuação, visibilidade, reconhecimento e autonomia ainda se faz necessário até os dias atuais, pois os afrodescendentes ainda buscam ser ouvidos e terem vez e voz.

Aos olhos do branco, o negro não tem resistência ontológica. De um dia para o outro, os pretos tiveram de se situar diante de dois sistemas de referência. Sua metafísica ou, menos pretensiosamente, seus costumes e instâncias de referência foram abolidos porque estavam em contradição com uma civilização que não conheciam e que lhes foi imposta. O negro em seu país, em pleno século XX, ignora o momento em que sua inferioridade passa pelo crivo do outro... Sem nenhuma dúvida, chegamos a

discutir o problema negro com amigos ou, mais raramente, com negros americanos. Juntos protestamos e afirmamos a igualdade dos homens diante do mundo.

Depois tivemos de enfrentar o olhar branco. Um peso inusitado nos oprimiu. O mundo verdadeiro invadia o nosso pedaço. No mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação. É um conhecimento em terceira pessoa. (FANON, 2008, p.104.)

Gayatri Spivak ao usar o termo subalterno, no livro “Pode o subalterno falar?”, descreve-o como sendo as camadas mais baixas das sociedades constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante. Ao questionar a posição do intelectual pós-colonial ao explicitar que nenhum ato de resistência pode ocorrer em nome do subalterno sem que esse ato esteja embriagado no discurso hegemônico, Spivak revela o lugar incômodo e a cumplicidade do intelectual que julga poder falar pelo outro e, por meio dele, construir um discurso de resistência. Agir dessa forma é reproduzir as estruturas de poder e opressão, mantendo o subalterno silenciado, sem lhe oferecer uma posição, um espaço de onde possa falar e, principalmente, no qual possa ser ouvido.

De acordo com Spivak, a tarefa do intelectual pós-colonial deve ser a de criar espaços por meio dos quais o sujeito possa falar para que, quando ele o faça, possa ser ouvido. Que o olhar do branco não impeça o negro de ter a sua cultura, os seus costumes, os valores e as suas crenças, que não exista se quer um olhar do branco ou um olhar qualquer. Que o negro seja senhor do seu destino, autor de sua própria história e que a sua voz ecoe como a de qualquer outro ser humano.

AS COTAS RACIAIS

A escravidão de africanos e seus descendentes até o final do século XIX e as dificuldades de integração social e econômica impostas aos libertos, após a abolição, construíram uma herança de desigualdades no país. Infelizmente a cor da pele ainda é usada para restringir o acesso de alguns profissionais a empregos mais qualificados, levando-os a desempenhar funções de baixa remuneração e especialização. Essa discriminação forçada contradiz as mensagens afirmando que o Brasil é uma “democracia racial”. Práticas como essas são formas de racismo disfarçadas e torna-se difícil o seu combate, como consequência torna mais difícil promover a participação igualitária de negros e pardos na Universidade e no mercado de trabalho.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), mostra que a população negra teve uma trajetória em desvantagem para se manter ou ter um emprego melhor, quando comparado com os não negros. Devido à pobreza de parte dessas famílias, a entrada dos jovens no mercado de trabalho costuma ser muito cedo, dificultando a conclusão dos estudos de nível básico e o ingresso no ensino superior, em cursos de qualificação e concursos públicos.

A divisão do mercado trabalho e as mais variadas formas de discriminação, na maioria das vezes, estão associadas à má distribuição de renda e a falta de políticas sociais que valorizem o indivíduo. Atualmente as cotas e outras ações afirmativas ampliar o acesso a bens e serviços essenciais para as parcelas da população menos favorecidas, promovendo a participação dessas pessoas aos serviços oferecidos pelo serviço público.

Segundo o site Brasil Escola, as cotas raciais são um modelo de ação afirmativa implantado em alguns países para amenizar desigualdades sociais, econômicas e educacionais entre etnias. A primeira vez que essa medida foi tomada data de 1960, nos Estados Unidos, para diminuir a desigualdade socioeconômica entre brancos e negros.

No Brasil, as cotas raciais ganharam visibilidade a partir dos anos 2000, quando universidades e órgãos públicos começaram a adotar tal medida em vestibulares e concursos. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) foi a primeira instituição de ensino no Brasil a adotar o sistema de cotas raciais, em 2003, por meio de uma lei estadual aprovada em 2001. Já a Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira federal a adotar as cotas, em junho de 2004. De lá para cá o número de universidades que possuem ação afirmativa baseada em raças só aumentou e hoje já representa a maioria das universidades federais.

O sistema de cotas raciais no Brasil não beneficia apenas os negros. Nas instituições públicas da Região Norte, por exemplo, é comum a reserva de vagas ou empregos para indígenas e seus descendentes. Algumas universidades também destinam parte de suas vagas para candidatos pardos. (Brasil Escola).

Essas políticas de inclusão tendem a abrandar o problema, mas se concentram nas consequências, e não nas causas. A reserva de vagas em universidades, em programas de financiamento da educação e em concursos públicos, são algumas das formas de compensar as dificuldades no acesso à educação de qualidade e ao trabalho qualificado e com certa estabilidade.

O assunto é bastante polêmico, pois há quem concorde e quem discorde. Os apoiadores das cotas raciais argumentam que estas são uma forma de reparar a dívida histórica com os negros e promover a igualdade social e étnico-racial. Os que discordam

afirmam que as cotas são uma forma de discriminação velada, pois seria admitir que os negros não têm capacidade de concorrer com os não negros, e que a saída para existir a igualdade social, é o poder público oferecer uma educação de qualidade e oportunidades iguais para todos.

A educação e a qualificação profissional são importantes, mas não são suficientes para a geração de empregos ou para garantir a manutenção das pessoas em seus postos e trabalhos. Principalmente se existirem atitudes discriminatórias, sejam elas étnico-raciais ou outras.

Segundo a Revista Retratos, seção do site Agência de Notícias IBGE, vinculado ao Governo Federal, no senso do IBGE de 2016, os **autodeclarados pretos ou pardos** ainda eram maioria nos índices de analfabetismo e desemprego e obtinham menor renda mensal. Isso implica, segundo o site, a manutenção de um sistema excludente, que só poderia ser resolvido, segundo o Prof. Dr. Otair Fernandes, sociólogo e coordenador do Laboratório de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Leafro/UFRRJ), com a adoção de políticas públicas afirmativas para valorizar quem foi sistematicamente marginalizado e excluído da sociedade durante tanto tempo. Nesse caso, seriam necessárias mais que atitudes individuais (de conscientização), mas uma atuação dos poderes públicos para promover políticas de inserção e não exclusão dos pretos e pardos no Brasil.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância dos africanos para a história do Brasil precisa ser reconhecida e valorizada. Os registros da sua luta, da sua cultura, do seu trabalho, da sua diversidade e da participação para a formação do povo brasileiro, vão muito além do pouco que é mostrado nos livros de histórias.

As práticas discriminatórias existentes no período pós-colonial e a ausência de políticas públicas específicas para os recém-saídos do cativeiro e seus descendentes, colocaram a população negra em situação de desvantagem, limitando seus ganhos sociais, que já eram para a população pobre, muito restrito.

As pesquisas das Ciências Sociais demonstram que o racismo é uma construção histórica que resiste no campo simbólico, isto é, nas ideias que as pessoas têm sobre “ser negro”, “ser branco”, “ser índio”. Os estudos sobre essa temática sugerem que o combate ao preconceito precisa ser enfrentado pelo Estado por meio da educação e de políticas

afirmativas, com o objetivo de desenvolver a cidadania plena e a garantia de todos os direitos políticos e sociais.

8. REFERÊNCIAS BIBLIORÁFICAS

DANTAS, Carolina Viera; MATTOS, Hebe; ABREU, Marta (org.). **O negro no Brasil: trajetórias e lutas em dez aulas de história**. -1ª ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

Estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseped/2018/2018pednegrosbsb.html>. Acesso em 05 de julho de 2019.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira EDUFBA, Salvador 2008.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LESME, Adriano. "Cotas raciais"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/educacao/sistema-cotas-racial.htm>. Acesso em 10 de julho de 2019.

MOTA, Carlos Guilherme (org.) **Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500 – 2000)**. São Paulo: Ed. SENAC, 2000.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. 5ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

Retratos a Revista do IBGE. N.11 maio de 2018.

SCHWARCZ, Lilia Morizt. **O Espetáculo das Raças – Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. **Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira**. Agosto 1999.